ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO, REALIZADA NO DIA 17 DE JUNHO DE 2011:----------

Aos dezassete dias do mês de junho do ano de dois mil e onze, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, pelas quinze horas e cinco minutos, teve lugar a terceira sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão, com a seguinte Ordem de Trabalho:

I PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1- APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 29 DE ABRIL DE 2011

II-PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1- INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

2.2-COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DÃO LAFÕES- RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCICIO ECONÓMICO DE 2010= CONHECIMENTO

2.3-ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS DA REGIÃO DO PLANALTO BEIRÃO/CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZOS, ATÉ AO LIMITE DE 6 700 000 EUROS, PARA SUPORTE DE INVESTIMENTOS NÃO COFINANCIADOS=APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

III - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Antes de se iniciarem os trabalhos e porque se verificou a falta do segundo Secretário, Sra. Deputada Carla Maria Pereira de Sousa, o Sr. Presidente da Assembleia, para que a Mesa ficasse completa solicitou às bancadas a indicação de um candidato. A bancada do PPD/PSD propôs a Sra. Deputada Paula Francisca Rodrigues Gomes que foi aceite por unanimidade. Ficando desta forma a Mesa completa, iniciaram-se os trabalhos presididos pelo Sr. Professor Salvador Manuel Correia Massano Cardoso, secretariado por Fernando Marques Soares Veloso e Paula Francisca Rodrigues Gomes.

Participaram também na sessão, tomando assento nas bancadas que lhes estavam destinadas os Srs. Deputados João Duarte Boto Martins, César Fernando Lima Branquinho, Edite da Conceição Alves da Cruz, José Augusto Morais de Sousa, Inês Maria Varela Matos,

Joaquim Pereira Rodrigues, Pedro Miguel Soares Veloso, Luís Artur Loureiro Pereira, Isabel Maria dos Santos Ferreira Cruz, Leandra Margarida Prata Cordeiro, João Pedro Antunes de Almeida Costa, Márcia Sofia Gonçalves Marques, Ana Paula Silva Figueiral Ferreira, Vital Esteves Lopes, Manuel Luís Leitão Morais, Hélder Morais dos Santos Dias, José Jorge, José Rui Batista Alves Ferreira, Fernando Manuel Dias Almeida e Costa, Rui José de Sousa Branquinho Ramos, José Marques Duarte da Cruz, António Augusto Lourenço Antunes, José Machado Neves dos Santos e Paula Cristina Massano Nunes Correia.

Registaram-se as faltas dos Srs. Deputados Carla Maria Pereira de Sousa que justificou a falta e Fernando Abel Simões e Esmeraldo Ferreira Gomes que não apresentaram qualquer pedido de justificação, sendo-lhes marcada falta injustificada.

Iniciaram-se os trabalhos com o ponto um da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

Ponto um ponto um: APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 29 DE ABRIL DE 2011. Pediu a palavra a Sra. Deputada Inês Matos que fez a intervenção constante do anexo nº1 desta Ata e que faz parte integrante da mesma.

O Sr. Presidente da Assembleia concordou que as Atas são demasiado longas e que deverão ser mais resumidas, parecendo até um Diário das Sessões da Assembleia da República.

O Sr. Deputado Boto Martins pediu também a palavra para solicitar que da sua intervenção registada na página cinco do projeto de Ata, segundo parágrafo na expressão "começou por chamar à atenção", fosse retirado o acento no "a".

Passou-se de seguida à votação tendo a Ata sido aprovada por maioria com 26 votos a favor (16 do PPD/PSD e 10 do PS) e uma abstenção do PS – Sr. Deputado Manuel Morais.

O Sr. Presidente da Assembleia abriu de seguida as inscrições para intervenções dos Srs. Deputados neste período. Inscreveram-se os Srs. Deputados Luís Artur Pereira, Leandra Cordeiro e Inês Matos.

Dada a palavra ao Sr. Deputado Luís Artur, este fez a intervenção constante do anexo nº2 desta Ata e que faz parte integrante da mesma.

Para responder às perguntas feitas foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por dizer que estas questões, na sua opinião não podem ser tratadas por estatísticas, pois se existir 90% de cobertura de saneamento mas houver 50 pessoas sem acesso a esse serviço já lhe parece mal, apenas quando se atingirem os 100% é que se poderá considerar satisfeito. Há também a considerar que nem todos têm saneamento público, mas por condições específicas são servidos por saneamento individual, no caso das fossas e nesta situação a Câmara oferece até quatro despejos anuais de fossa gratuitos. A sua visão é que o Concelho terá cobertura de 90% a 92% de serviço completo de saneamento. A rede de saneamento está em conclusão em Anta e em SCDão na zona da Reponta. Em Relvas, São Joaninho, não há saneamento, as obras iniciaram-se mas foram interrompidas devido a negociações com uma empresa privada para a concessão da rede de saneamento, mas se essas negociações falharem a Câmara irá concluir quer a rede de saneamento, quer a rede de água. Há também os Amainhos e a Povoa do João Dias em Treixedo. Em relação à água a cobertura é quase completa. Esperava que até ao final do mandato todo o Concelho fosse servido pela rede de esgotos, e em casos de impossibilidade ser servido por sistemas individuais de saneamento.

Seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Leandra Cordeiro que fez a intervenção constante do anexo nº3 desta Ata e que faz parte integrante da mesma.

Foi dada a seguir a palavra à Sra. Deputada Inês Matos que fez a intervenção constante do anexo nº4 desta Ata e que faz parte integrante da mesma.

Por ter sido referido na intervenção anterior pediu a palavra o Sr. Deputado José Augusto Sousa que começou por dizer que em todos os exemplos dados as obras feitas pela Câmara foram para uso da Câmara. Em relação ao Estádio Municipal disse que a equipa de futebol do Grupo Desportivo ascendeu a uma divisão que para competir exigia um campo relvado e a existência de dois estádios resultou de não poder haver jogos dos escalões mais jovens num só estádio, pois a relva iria degradar-se e assim a Câmara ficou com uma estrutura que era dela e com disponibilidade, tendo até trazido a SCDão um jogo do Campeonato Europeu de Sub-17. O que dizia era que as coletividades deviam ser autónomas e não dependentes do Município. Considerou todas as obras enumeradas como bem feitas e bem protocoladas e nada tinham a ver com o que se esteve a debater. A casa onde estamos é pertença, enquanto estiver protocolada, da Câmara que dela dispõe da maneira que quiser. Quanto a desperdícios de dinheiro referiu a posição da sua bancada por diversas vezes em relação aos gastos em alguns Centros Educativos.

Passou-se de seguida para o ponto dois da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

Depois de se ter dado cumprimento ao determinado pelo ponto dois do Artº19º do Regimento, passou-se para o ponto dois ponto um: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que focou a informação que foi apresentada a todos os Srs. Deputados referindo a atividade nos diversos pelouros. Mencionou em particular a diligência de integrar SCDão na Rede Portuguesa de Cidades Educadoras. Referiu também a atribuição à Universidade Sénior de um subsídio mensal de 500€. Em relação à situação financeira do Município, apresentou em Power-Point os mapas da evolução mensal da despesa e da receita sem divida transitada e os quadros orçamentais da despesa e receita comparando até maio os valores de 2010 e 2011, expressando os conteúdos e informações que fazem parte da documentação fornecida aos Srs. Deputados. Concluiu dizendo que pelos valores apresentados há uma nítida melhoria em 2011 comparando os valores de 2010.

Pediu a palavra a Sra. Deputada Inês Matos que começou por referir o esforço feito na contenção das despesas e os resultados positivos já conseguidos desejando que o esforço continue. Considerou urgente parar o desperdício. Não achava ter sido um desperdício de dinheiro o investimento feito na Educação com a construção dos Centros Educativos. Considerou desperdício sim o que foi entregue anualmente ao Grupo Desportivo durante mais de uma década. Parecia que os interesses do Grupo Desportivo eram apenas dele e não da maioria dos Santacombadenses, logo só poderia concluir que houve desperdício na concessão dos apoios dados. Parecia-lhe que houve também, pelo que foi dito, desperdício na construção do novo estádio, pois precisava-se de um estádio relvado também para uso do Grupo Desportivo e só. Necessidade que foi para aquela época e talvez para mais duas ou três não se pensando que se poderia descer de divisão e até chegar ao estado em que estamos pois no próximo ano nem haverá Seniores. Ficavam as infraestruturas. Por tudo isto pedia ao Sr. Presidente da Câmara para ter mais cautela de forma a não se cometerem desperdícios como aqueles numa altura de crise como esta. Cautela que na Educação deve acontecer como é óbvio, mas não esquecendo nunca que é a formação dos nossos filhos que está em causa.

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que disse não ser dirigente do Santacombadense e por isso não lhe competia pronunciar-se sobre a continuidade ou não da equipa Sénior. Assumia que até aqui a Câmara tinha uma grande responsabilidade naquilo que era manter o Santacombadense a funcionar, talvez um auxílio que já vem de há três décadas e

que chegou a ser de um valor anual de 100 mil euros, no ano passado o subsídio da Câmara foi de 40 mil euros e este ano o que irá propor à Câmara é que seja reduzido substancialmente esse subsídio, tendo em conta a situação atual do País e da Câmara. Recordou que os Bombeiros estão também a passar por uma grave crise financeira, já houve até uma reunião com a Câmara e esta tem compromissos com os Bombeiros e terá que os cumprir, para isso acontecer haverá cortes noutros subsídios e entre ter os Bombeiros a funcionar e ter uma equipa Sénior no campeonato, prefere que os Bombeiros funcionem bem e tenham meios para fazer o serviço público a que se destinam. Será nesta base que irá propor a redução dos subsídios para ter alguma margem de manobra para ajudar os Bombeiros. O Santacombadense terá que viver com os seus meios, a Câmara vai continuar a ajudar mas não ao nível do que tem acontecido até aqui.

Seguiu-se para o ponto dois ponto dois: COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DÃO LAFÕES- RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCICIO ECONÓMICO DE 2010= CONHECIMENTO. Não houve pedidos de intervenção.

Passou-se para o ponto dois ponto três: ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS DA REGIÃO DO PLANALTO BEIRÃO/CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZOS, ATÉ AO LIMITE DE 6 700 000 EUROS, PARA SUPORTE DE INVESTIMENTOS NÃO COFINANCIADOS=APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este começou por dizer que o empréstimo se referia à parte não cofinanciada dos investimentos feitos com fundos comunitários, daí este pedido de empréstimo cumprir o que a Lei diz não contando para o cálculo dos limites do endividamento líquido. O empréstimo é contratado pela Associação em nome dos dezanove Municípios que dele fazem parte e o seu pagamento será feito pela própria Associação de Municípios.

Não havendo pedidos de intervenção passou-se para a votação sendo o pedido de empréstimo aprovado por unanimidade.

Para que as deliberações tomadas tivessem efeitos imediatos foi de seguida lida a minuta da Ata desta sessão que posta à votação foi aprovada por unanimidade.

Por se ter esquecido de dar duas informações o Sr. Presidente da Câmara solicitou a palavra. Informou que no próximo dia 9 de julho se irá realizar em Coimbra o XIX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses onde a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal e as Juntas de Freguesia estarão representadas. Informou também que a Ecopista do Dão será inaugurada nos próximos dias 1 e 2 de julho convidando todos a participar nas cerimónias cujo programa será divulgado.

Seguiu-se para o ponto três da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Pediu a palavra o Sr. António Pedro de Santa Comba Dão que sobre a Ecopista questionou a situação da limpeza que não está feita e a falta de segurança que existe junto à ponte do Granjal.

O Sr. Presidente da Assembleia questionou também sobre o local do inicio da Ecopista pois passa pela Estação de SCDão e não vê qualquer indicação.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que referiu que tinha acabado de informar que a Ecopista era inaugurada nos próximos dias 1 e 2 de julho, até lá não há Ecopista aberta ao público, até essa data está entregue ao empreiteiro que até lá se encarregará de fazer a limpeza e tratar da sua segurança. Quem a utilizar agora fá-lo por sua conta e risco. Quanto ao inicio da Ecopista é logo a seguir à ponte da linha da Beira Alta que passa sobre o anterior trajeto da antiga Linha do Dão, onde termina a plataforma de embarque da Estação de SCDão encontra-se sinalizado o seu inicio. A Refer vendeu a um particular o

terreno onde se iniciava a antiga Linha do Dão, inviabilizando assim o inicio da Ecopista no seu local próprio daí iniciar-se apenas após a ponte da Linha da Beira Alta. Existem também problemas com a circulação de veículos utilizados pelos proprietários dos terrenos limítrofes. Estão a tentar encontrar-se soluções para estas anomalias. A gestão da Ecopista será feita pela CIMRDL que tratará também da gestão para a realização de possíveis eventos.

Pediu a seguir a palavra o Sr. Agostinho Pires de Santa Comba Dão que a propósito dos terrenos que não estão legalizados e onde se fez obra disse que lhe custava compreender que a Câmara tivesse posto a eficácia sobre a legalidade tanto mais que os eleitos são obrigados a cumprir e a fazer cumprir a Lei.

Não havendo mais assuntos a tratar o Sr. Presidente da Assembleia deu de seguida pelas dezasseis horas e vinte cinco minutos por encerrada a sessão dela se lavrando a presente Ata que depois de votada vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

ANEXO Nº 1

Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Sr. Presidente da Câmara Municipal

Srs. Secretários

Srs. Deputados

Srs. Vereadores

Digníssimo Público

Boa tarde a todos!

Ao ler o projecto da acta da última reunião desta assembleia, realizada no passado dia 29 de Abril do corrente, verifiquei que no 2º parágrafo do mesmo, estão registados 2 dos 3 comentários que fiz sobre a intervenção do Sr. Deputado Fernando Abel, que se tinha realizado anteriormente.

Todos os comentários que teci estavam, devidamente contextualizados, apesar de, agora, poderem parecer desgarrados do conjunto que os motivou.

O segundo comentário referia-se, como consta no projecto da acta, à obra feita no passado e à obra presente, tendo dado o exemplo do estádio Dr. Estêvão de Faria e Dr. Orlando Mendes. Construiu-se um segundo estádio quando já existia um com as medidas certas para competição, não se justificando, em minha opinião, a construção de outro, até porque, o que hoje se vê, é a impossibilidade de manter ambas as infra-estruturas, estando uma inacabada e outra abandonada.

O terceiro comentário, também se encontra no projecto da acta, agora em análise, e dizia respeito ao ocorrido em reunião de câmara de 10 de Março do corrente, que, segundo

o Sr. Deputado Fernando Abel, se referia ao anúncio de pedido de demissão do Sr. Presidente da Câmara Municipal. Relativamente a este ponto, referi que me preocupava muito mais o anúncio que o ex-primeiro ministro, José Sócrates, tinha feito, quando anunciou que não governaria com o FMI, tendo-se, no entanto, apresentado às eleições legislativas, realizadas no passado dia 5 de Junho, e das quais saiu derrotado, do que a ameaça de demissão do Sr. Presidente da Câmara Municipal, tendo em conta a grave situação de desgoverno que o país atravessa.

Esta minha intervenção deve-se ao facto de ter havido um primeiro comentário que não consta desta acta.

Não pondo em causa, de maneira alguma, o trabalho de paciência e concentração que o Sr. Secretário desta Assembleia, Sr. Veloso, tem, na elaboração das actas, não posso deixar passar em branco esta situação, pelos motivos que passo a expor.

O primeiro comentário que fiz, dizia respeito ao facto do Sr. Deputado Fernando Abel ter perguntado, na referida intervenção, do porquê de no projecto das novas piscinas não estarem previstas piscinas ao ar livre.

O meu comentário, que não passou disso mesmo, foi de que tal não poderia constituir uma preocupação para os Santacombadenses tendo em conta que estava a ser construída uma praia artificial de água salgada aqui ao lado,

dimensões reduzidas e com uma faixa costeira fantástica como é a nossa, pelo que essa falta poderia ser colmatada, aproveitando o também investimento público que nessa infra-estrutura, iria ser efectuado.

Estávamos numa tarde de chuva e forte trovoada que provocou uma falha de luz que, penso, estar na origem da não transcrição deste comentário. Lembro-me, inclusive, que quando tal aconteceu, alguém, em tom de voz mais elevado, disse."que pena Dra. Inês, cortaram-lhe o pio". Podiam ter cortado o pio, porque nada mais podia dizer sem que o sistema de gravação estivesse a funcionar, mas uma coisa garanto, o raciocínio, esse não o cortaram e retomei-o logo a seguir.

E o que pretendo com esta minha intervenção?

Informar que não concordo com transcrições, isto é, não concordo que as actas, contenham mais do que a lei obriga, ou seja, que não sejam documentos que, de acordo com o Código do Procedimento Administrativo, contenham apenas o resumo de tudo o que nela tiver ocorrido, indicando, **designadamente e não nomeadamente**, a data e o local da reunião, os membros presentes, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas e a forma e o resultado das respectivas votações.

Os comentários e os comentários aos comentários, não deviam, na minha opinião estar na acta, documento que deve ser o mais claro possível e onde deve estar vertido apenas o essencial, visto que as actas são, também, documentos de trabalho e estudo. Ao lermos as actas dos

órgãos deste município, somos, a maioria das vezes, desviados para assuntos que nada têm de relevante para o interesse público, ficando sim a perceber as diferenças, para não dizer verdadeiras divergências ideológicas, profissionais, ou mesmo pessoais, que separam as pessoas que ocupam tais lugares. Não é isto que se pretende, é essa a minha convicção. A liberdade de fazer comentários, dentro da legalidade e razoabilidade, deve ser assegurada mas o bom senso deve imperar quando se decide transcrever ou não tais comentários que, em nada, enriquecem o debate político. Sei, contudo, que o Sr. Secretário é dotado desse bom senso.

Nestes termos, entendo que ou o meu primeiro comentário é incluído junto dos dois que já constam deste projecto de acta, ou devem ser retirados os dois comentários aí presentes, mas que, na minha opinião, nunca aí deveriam ter sido colocados.

ANEXO N.º 2

Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Senhores Secretários
Senhor Presidente da Câmara Municipal
Senhores Vereadores
Senhores Deputados
Estimado Público

Tenho a sorte de ter vivido toda a minha vida com o que considero serem as condições de vida mínimas: saneamento básico, electricidade e água ao domicílio.

O saneamento básico é o conjunto de procedimentos adoptados com a finalidade de proporcionar boas condições higiénicas à população. De entre os diferentes procedimentos que constituem o saneamento básico destacam-se: o tratamento de água, a canalização e tratamento de esgotos, a recolha e tratamento de resíduos orgânicos. Uma boa rede de saneamento básico permite a melhoria das condições de saúde das populações, evitando a contaminação e proliferação de doenças, ao mesmo tempo que se garante a preservação do meio ambiente. É também uma condição necessária à fixação das populações. Investir no saneamento básico é também uma forma de dignificar a condição humana.

Ao consultar os artigos publicados no Jornal "Voz do Dão": "PS – Santa Comba Dão – Propostas Eleitorais" e "Rede Básica de Saneamento", ambos de 30 de Setembro de 2005, somos levados a pensar que no Concelho de Santa Comba Dão a rede de saneamento estava completa, restariam apenas casos pontuais. No artigo "PS – Santa Comba Dão – Propostas Eleitorais" é afirmado, passo a citar: "... Ambiente - Fizemos um esforço financeiro gigantesco, para dotarmos todo o Concelho de saneamento básico. ...". O artigo "Rede Básica de Saneamento" tem como subtítulo: "Concelho atinge taxa de cobertura de 97 por cento". Apesar de ser certo que foram feitos investimentos e que a rede foi expandida, a realidade era no entanto, bem diferente da apregoada.

Desde 2005 temos assistido à expansão, quase ininterrupta, da rede de esgotos, parte integrante da rede de saneamento básico. Afinal não restavam apenas casos pontuais, como nos era

feito crer, mas sim, porções significativas da população.

Termino com duas perguntas para o Sr. Presidente da Câmara:

1) Qual a sua visão do estado de cobertura do concelho ?
2) Tendo em conta a situação de crise em que o país esta mergulhado, e à qual obviamente o concelho não é imune, quais as perspectivas de expansão da rede ?

Santa Comba Dão, 17 de Junho de 2011

Luís Pereira

ANEXO N.º 3

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Srs. Deputados,

Exmo. Público,

O assunto que me traz hoje aqui é para alguns, demagogo. Para outros, político. Uns, entendê-lo-ão necessário. Mas talvez não fundamental.

Demasiado utópico, dirão! Sem encontrar respostas fáceis que o corporizem ou o tornem mais objectivo.

No entanto, ele anda na agenda do dia. Tem que andar!

Com as eleições começou-se o debate quando várias personalidades citavam John Kennedy quando o presidente norte-americano referiu, um dia: "Não perguntes o que o teu país pode fazer por ti...mas perguntas antes, o que podes tu fazer pelo teu país!"

Os tempos vivem-se com dificuldades. Por demais discutidas.

Com o tempo, agudizaram-se dependências. Também já identificadas.

Sob o "engodo" de um Estado Paternalista (o tão aclamado, por alguns, Estado Social) reforçaram-se subordinações e sujeições. Corrompeu-se o sistema e promoveram-se interesses.

Todos culpados. Embora uns mais que outros.

A liberdade. A iniciativa individual parece ter sido de alguma forma subvalorizada e relegada para segundo lugar. Retiraram-se competências como se, de cada vez que, perante um "eu posso" ou um "eu quero", alguém dissesse, "nós fazemos" e sob falsas pretensas, reforçasse, "nós ajudamos". A verdade é que os entraves burocráticos nunca foram ultrapassados e as ajudas para quem queria empreender nas candidaturas ao QREN nunca foram "simplexes".

Invertendo-se esta lógica, a aposta é no Homem, nos seus recursos e capacidades. No que cada um pode fazer. Ao estar a fazer por si, estará a fazer pelo seu país.

O Presidente da República, no seu discurso de tomada de posse, dirigiu-se aos jovens, apelando para que eles ajudassem Portugal!

Somos a geração mais qualificada de sempre!

Não nos podemos resignar a sermos a geração mais dependente de sempre!

E, mais do que "Geração à Rasca" (posso até concordar com o conteúdo, mas recuso-me a concordar com a forma) vamos ter que ser uma geração desenrascada. Que dá a volta por cima. Que dos obstáculos, cria oportunidades. Que é criativa. Inovadora. Empreendedora.

O Sr. Presidente da República, no passado dia 10 em Castelo Branco, também falou da importância do Interior. Das suas riquezas. Do poder ser uma aposta ganha pelo que tem e não pelo que não tem.

Santa Comba Dão tem condições óptimas para fixar as suas gentes. Captar outras. São conhecidas. Mais, tem potencialidades para fazer valer a pena percursos. Riscos. Apostas corajosas.

É a minha convicção!

Somos todos, como autarcas eleitos, responsáveis por fazer uma crítica construtiva à nossa cidade, mas sem dúvida, promovê-la é um dever. Defendê-la, um privilégio!

Se é Santa Comba Dão que nos faz comprar tantas guerras, também é ela que, sobretudo, nos deve fazer sonhar!

Obrigado.

Santa Comba Dão, 17 de Junho de 2011

Leandra Cordeiro

ANEXO N.º 4

Sr. Presidente da Assembleia Municipal
Sr. Presidente da Câmara Municipal
Srs. Secretários
Srs. Deputados
Srs. Vereadores
Digníssimo Público

Em primeiro lugar solicito autorização a esta Assembleia para, mais à frente, mostrar algumas fotos que complementarão a intervenção que se segue.

Na última reunião da Assembleia Municipal, realizada no passado dia 29 de Abril do corrente, quando fiz o comentário, ao qual já me referi, sobre obra passada e obra presente, foi tecido, imediatamente a seguir, um comentário, pelo Sr. Deputado José Augusto que visava esclarecer os presentes sobre a propriedade do Estádio Dr. Estêvão Faria e do Está dio Dr. Orlando Mendes. O primeiro, propriedade do Grupo Desportivo Santacombadense, o segundo, propriedade do Município.
Disse, de acordo com o registado na acta que acabou de ser aprovada, que, "em sua casa fazia ele obras", querendo dizer, que a obra não pôde ser feita no Estádio Dr. Estêvão de Faria porque o mesmo não era propriedade do Município.
Tenho pena que o meu comentário não tenha sido entendido pelo Sr. Deputado e para que se perceba, com clareza o que disse, permitam-me o seguinte:

O Estádio Dr. Estêvão de Faria não é, de facto, propriedade do Município mas não era preciso que o Sr. Deputado mo recordasse pois tenho perfeita noção disso.

A minha intervenção deve-se, apenas, para lembrar o Sr. Deputado que o critério da propriedade nunca foi o critério determinante, pelos governantes concelhios, para não fazerem obra em casa alheia.

Para isso, vou dar apenas alguns exemplos de obra feita em "casa alheia", grande parte dela realizada antes, depois e durante a construção do Estádio Municipal Dr. Orlando Mendes:

1) A Casa da Cultura, antigo edifício da Casa do Povo, ringue e parque infantil, não está sequer registada no património do Município, depois do avultado investimento que nela foi feito por parte deste;

2) O Antigo Quartel dos Bombeiros Voluntários, edifício onde nos encontramos, cuja remodelação foi toda realizada pelo Município, ao abrigo de um protocolo, continua propriedade daquela Associação;

3) O próprio Estádio Municipal Dr. Orlando Mendes foi implantado num terreno que não era do Município, e cuja escritura só foi realizada em Dezembro de 2005;

do Município, não obstante o investimento que, ao longo dos anos, de parte do qual até dei conhecimento na passada reunião deste órgão, tem sido feito, pelo Município, para dar aos alunos, que a frequentam, condições dignas de aprendizagem;

5) O nobre edifício onde se encontra a funcionar a Biblioteca Municipal, também não é do Município de Santa Comba Dão mas sim do Ministério das Finanças, com o qual existe, igualmente, um protocolo ao abrigo do qual foram sendo realizadas as obras que permitiram que ao mesmo pudesse ser dado tal fim;

6) As piscinas municipais que foram construídas em terrenos da EDP, ao abrigo, também, dum protocolo, tendo sido o processo de legalização, concluído, apenas, no ano passado, de modo a que, hoje as piscinas municipais, edifício e terreno de implantação, estejam inscritos no património municipal.

Destaco as piscinas municipais.
É curioso assinalar o facto de que um dos argumentos que levou ao voto contra dos Digníssimos Vereadores do Partido Socialista na Câmara Municipal, que contribuíram para inviabilizar, a realização do novo complexo de piscinas, foi a de que dois dos lotes que seriam hipoteticamente vendidos e cuja receita contribuiria para cobrir o investimento novo, estavam ainda registados em nome da EDP e não em nome do Município.

Apesar das garantias dadas pelo Sr. Presidente de que existia um acordo formalizado com a EDP, no sentido de ceder tais lotes ao município para que este promovesse o loteamento a seguir, não foram suficientes.

A palavra dada por aquele que exerce as dignas funções de Presidente da Câmara Municipal, democraticamente eleito, não contou, mas contou em 1994, quando, e muito bem, o acordo de cavalheiros realizado entre a EDP e o Município de Santa Comba Dão, permitiu viabilizar o projecto das piscinas que temos hoje, permitindo aos Santacombadenses usufruir de um espaço que não tinham.

Prova-se hoje que o Sr. Presidente da Câmara não faltou com a sua palavra, pois em Abril do corrente foi aprovado pela Câmara Municipal, por unanimidade, o loteamento no qual a cedência dos lotes foi efectivada.

Elogio aqui todos aqueles que tiveram a coragem de fazer obra útil e necessária, não se deixando derrotar por burocracias intermináveis e inúteis, com vista à satisfação e realização do superior interesse público dos Santacombadenses.

Dou os meus parabéns por nem o Dr. Orlando Mendes, nem posteriormente o Eng.º João Lourenço, terem alguma vez deixado de prosseguir aqueles interesses por motivos tão insignificantes, não aplicando nunca o critério de "só fazer obra em casa sua".

pois é espelho da luta diária que travam contra os "Adamastores" locais.

Voltando ao estádio, obra que justificou esta minha intervenção, poderia não ter sido construído e o dinheiro canalizado para uma infra-estrutura que já existia, que não era propriedade do município, como tantas outras, como aqui já foi demonstrado, mas que poderia ter sido objecto dum protocolo com o Grupo Desportivo à semelhança do que se passou com outros exemplos também já dados.

O estádio Dr. Estêvão de Faria, pelo serviço que já prestou aos milhares de Santacombadenses que assistiam assiduamente aos jogos de futebol, todos os domingos, merecia ter sido tratado com mais dignidade, não permitindo que chegasse ao ponto a que chegou.

O Estádio Dr. Orlando Mendes, por sua vez, nunca foi acabado.

Inaugurou-se uma obra, cuja realização é questionável, aliás pela duplicação de infra-estruturas que se fez, estando hoje, igualmente, num estado lamentável.

Era uma obrigação do Município evitar que chegasse a este ponto? Era porque é património seu mas não há dinheiro e temos que viver com essa realidade.

Com a construção daquele estádio, passámos a ter não um mas dois estádios abandonados, em péssimas condições para prosseguir os seus fins, que envergonham os Santacombadenses que continuam, incansavelmente, a acompanhar e a apoiar os seus atletas.

A realização da infra-estrutura não custa assim tanto, o problema principal é mantê-la com condições dignas, o que exige um investimento de milhões, ao longo dos anos.

Por tudo isto, apelo ao bom senso na priorização do investimento público de modo a que apenas se faça aquele que comprovadamente é necessário.

Dito isto, não posso deixar de lamentar aqui a não aprovação do novo complexo de piscinas que daria nova dignidade ao estádio municipal mas, e sobretudo, porque ofereceria, aos Santacombadenses as condições ideais para a prática daquele desporto tendo em conta que o complexo actual está, sem sombra de dúvida, completamente obsoleto.

Muito obrigada!